

Consejo de clase y gestión democrática en la educación profesional y tecnológica: una propuesta de taller en una perspectiva de formación integral del estudiante

Meiriane Rebouças da Silva Rosário

meiriane.reboucas@ifce.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-6307-5905>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus Aracati
Aracati, Brasil

Fábio Alexandre Araújo dos Santos

alexandre.araujo@ifrn.edu.br

<https://orcid.org.br/0000-0001-5902-8698>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Campus
Natal
Natal, Brasil

Luís Gomes de Moura Neto

luisgomesmn@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2318-4637>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, Campus Sousa
Sousa, Brasil

Recibido: 31/03/2022 **Aceito:** 20/05/2022

Resumen

Pensar la democratización de la escuela pública, condición fundamental para el mejoramiento de la educación, consiste, allá del acceso a la educación, en la participación de la sociedad en las tomas de decisión. Esa pesquisa tuvo como objetivo elaborar y evaluar una propuesta de taller a respecto del consejo de clase para estudiantes del curso de EMI, con el objetivo de contribuir para su formación política en la educación profesional y tecnológica en una perspectiva de formación integral. En la pesquisa, fue elegida una metodología de carácter cualitativo, consistiendo en una intervención pedagógica que envuelve el planeamiento y la realización de interferencias en procesos educacionales y, posteriormente, la evaluación de sus efectos. Los datos obtenidos fueron analizados según el análisis del contenido propuesto por Bardin (2011). Como propuesta de intervención, se ha desarrollado en cuanto producto educacional el taller de formación "Participación estudiantil en el consejo de clase: quién gana con eso?", con el objetivo de contribuir para el fortalecimiento de la participación estudiantil de los alumnos de la Enseñanza Media Integrada en el consejo de clase. Los resultados apuntaron para la necesidad de reorganización del consejo de clase en la institución, tomando como eje guía la regulación del consejo de clase.

Palabras clave: Enseñanza Media Integrada. Formación Continuada. Producto Educativo. Protagonismo Estudiantil. Gestión Democrática.

Conselho de classe e gestão democrática na educação profissional e tecnológica: uma proposta de minicurso numa perspectiva da formação integral do estudante

Resumo

Pensar a democratização da escola pública, condição fundamental para a melhoria da educação, consiste, além do acesso à educação, na participação da sociedade nas tomadas de decisão. Essa pesquisa teve como objetivo elaborar e avaliar uma proposta de minicurso a respeito do conselho de classe para estudantes de curso de EMI, visando uma contribuição para sua formação política na educação profissional e tecnológica numa perspectiva de formação integral. Na pesquisa, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo, consistindo numa intervenção pedagógica que envolve o planejamento e a realização de interferências em processos educacionais e, posteriormente, a avaliação dos seus efeitos. Os dados obtidos foram analisados segundo a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Como proposta de intervenção, desenvolveu-se enquanto produto educacional o minicurso de formação “Participação estudantil no conselho de classe: quem ganha com isso?”, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da participação estudantil dos alunos do Ensino Médio integrado no conselho de classe. Os resultados apontaram para a necessidade de reorganização do conselho de classe na instituição, tomando-se como eixo norteador o regulamento do conselho de classe.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado. Formação Continuada. Produto Educacional. Protagonismo Estudantil. Gestão democrática.

Council and democratic management in professional and technological education: a proposal of mini-course in a perspective of the integral formation of the student:

Abstract

Thinking about the democratization of the public school, a fundamental condition for the improvement of education, consists, besides the access to education, in the participation of society in decision making. This research aimed to elaborate and evaluate a proposal of a mini-course about class council for students of the EMI course, in order to contribute to their political formation in professional and technological education in a perspective of integral formation. In the research, a qualitative methodology was chosen, consisting of a pedagogical intervention that involves the planning and execution of interference in educational processes, and later the evaluation of their effects. The data obtained were analyzed according to the content analysis proposed by Bardin (2011). As an intervention proposal, the mini-course "student participation in the class council: who wins with that?" was developed as an educational product, aiming to contribute to the strengthening of student participation of integrated high school students in the class council. The results pointed to the need to reorganize the class council in the institution, taking the class council regulation as a guiding axis.

Keywords: Integrated high school. Continuing education. Educational product. Student Protagonism. Democratic management.

Introdução

A educação brasileira, com seus avanços e retrocessos, e as políticas de educação profissional tenderam a se instituírem separadamente, caracterizando-se como dualistas ao

ofertarem um ensino de caráter intelectual e acadêmico preparatório para a continuidade dos estudos da elite, e outro tipicamente manual aos trabalhadores, com o objetivo de prepará-los para o fazer.

Muitos pesquisadores, como Ramos (2008), defendem que para enfrentar a dualidade necessita-se de uma escola que seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento e uma educação politécnica, que possibilite o acesso à cultura, à ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. Nessa direção, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia desempenham um importante papel na oferta educacional voltados não apenas para a profissionalização, mas também para a emancipação dos sujeitos, demonstrando um processo de formação que se dê para e pela cidadania, articulando as áreas do conhecimento e suas tecnologias com as dimensões: cultura, ciência, tecnologia e trabalho por meio da oferta de cursos em diferentes modalidades, como acontece no caso do Ensino Médio Integrado (EMI).

A proposta do EMI pode ser compreendida como uma solução transitória e viável para a travessia em direção à consolidação do Ensino Médio unitário e politécnico, uma vez que numa sociedade capitalista sua efetivação plena seria impossível. Segundo Moura (2007), a ideia é conduzir a uma formação integral que possibilite aos estudantes uma educação de qualidade, permitindo-lhes compreender criticamente o mundo onde estão inseridos, exercendo sua cidadania de forma reflexiva, contribuindo, assim, para a superação da desigualdade social.

Neto (2018) argumenta que este novo modo de conceber a participação popular na gestão pública faz o indivíduo, mesmo que de forma sutil, valorizar a sua participação como parte de uma sociedade, responsável também pelas decisões públicas, dentre elas os processos de gestão da educação. Na sua essência, a democracia é algo a ser alcançado, levando-se a considerar sua conquista uma utopia, o que não significa dizer que se deve renunciar à democracia alcançada e, sim, que possam ser desenvolvidos processos de aperfeiçoamento.

Ferramentas legais foram criadas para que a escola passasse a ter características mais democráticas, como a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, que preveem a obrigatoriedade da gestão democrática no ensino público, promovendo os espaços colegiados, destacando-se, entre eles, Conselho Escolar, Grêmios Estudantis, Associação de Pais, Mestres e Funcionários e Conselho de Classe. Por meio destes espaços instituídos de participação, de trabalho coletivo da comunidade escolar formada por professores, funcionários, pais, estudantes

e sociedade civil, a gestão democrática é reforçada, legitima-se e consegue operar transformações significativas em uma realidade escolar.

Destaque-se que uma gestão democrática não se dá somente pela existência de um espaço instituído, é necessário que se tenha a abertura dos espaços de participação na escola, dadas as resistências que dificultam sua efetivação, e é necessário que se pense na preparação dos sujeitos, dando-lhes condições reais para uma participação significativa (LEITE, 2012). Da mesma forma que a participação é um processo de aprendizagem, o exercício da democracia também o é, e ambos juntos podem favorecer para a formação de novos sujeitos incutidos de valores democráticos, essenciais para a convivência humana.

No âmbito do conselho de classe, conforme aponta Neto (2018), a contribuição para a democratização da gestão escolar está presente na disseminação da ação coletiva na escola, “que tem na participação coletiva seu principal instrumento e argumento para dar legitimidade às decisões emanadas das reuniões colegiadas”, para além de práticas excludentes como a avaliação classificatória dos estudantes, característica esta que marcou historicamente a atuação do conselho. De acordo com Cruz (2005), o conselho de classe continua funcionando como espaço de julgamento voltado, na maioria das vezes, para as questões disciplinares e o comportamento dos estudantes.

Assim, é importante frisar que os conselhos de classe, apesar de serem importantes instrumentos de fomento à participação da comunidade escolar nos processos decisórios, por si só não garantem a efetiva participação nos espaços escolares, pois muitas vezes essa participação se dá de forma apenas presencial, sem maiores contribuições. A participação somente será efetiva se seus integrantes se sentirem parte envolvida no processo.

É preciso conceber o conselho de classe como um espaço propício para aprender a fazer democracia, contudo, nem sempre sua aceitação é pacífica por parte de todos, que, de forma equivocada, compreende o conselho como disputa do poder de decisão referente ao processo pedagógico (MARTINS, ROSA, SOUSA, 2020). Tais decisões eram exclusividade apenas dos setores internos da escola, em especial professores e gestores. Como resultado dessa resistência, existem muitos conselhos que ocorrem de forma assimétrica, nos quais os membros, em especial os estudantes, se sentem desconfortáveis para expressar sua opinião, resultando na baixa participação, além da não compreensão da importância da ocupação desses espaços.

Ao se abrir ao diálogo, a escola contribui diretamente para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, tornando-os agentes de mudança da sua realidade. Libâneo (2004) defende que no momento em que as pessoas atingem um nível de consciência mais elevado, elas se sentem fortalecidas e seguras para atuarem de forma mais efetiva, resultando em mudanças internas, individuais e conseqüentemente, mudanças na sociedade. Para isso, é preciso que a escola supere práticas tradicionalmente instituídas que dão configuração técnica e classificatória ao conselho.

Para o exercício de uma participação que favoreça uma formação integral, é necessário que se garantam, além da abertura dos espaços, o desenvolvimento de iniciativas de formação dos envolvidos nesse processo, em especial os estudantes, contribuindo, assim para que alcancem o nível pleno da participação, definida por Lück (2013) como engajamento em assumir responsabilidades que almejem os objetivos comuns e os interesses coletivos.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), por exemplo, o conselho de classe foi implementado a partir da publicação do Regulamento, aprovado pela Resolução CONSUP nº 35, de junho de 2016, tendo entre suas finalidades a reflexão, discussão, decisão, ação e viabilização da revisão da prática educativa, funcionando como estratégia institucional com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Ao estudante, é garantido o direito de participar das reuniões de caráter prognóstico, como representante de turma, levando as demandas da turma para serem discutidas. Percebe-se que há um avanço quando se abre para a participação desses sujeitos, mesmo que ainda limitada à representatividade.

Diante do exposto, esta pesquisa apresenta elaboração e avaliação de uma proposta de minicurso a respeito do protagonismo estudantil e gestão democrática por meio do conselho de classe para estudantes do EMI, visando a compreensão de como o conselho de classe pode contribuir para a formação política dos estudantes da educação profissional e tecnológica.

Percurso metodológico

Caracterização dos Sujeitos

Para participação nesta pesquisa, foram convidados os alunos do 6º semestre do Curso Técnico do Ensino Médio Integrado em Petroquímica, do IFCE – Campus Aracati, do semestre de 2021.1. E a escolha dessa turma, em especial, deu-se por ser uma turma com uma experiência

mais amadurecida em conselho de classe, por já estarem em um semestre mais avançado do curso. A instituição oferece cursos de nível básico, técnico e tecnológico, além de licenciatura e bacharelado, contando com atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O convite foi direcionado aos 22 alunos da turma, dos quais 19 aderiram. Os alunos, quando foram convidados, também foram informados dos objetivos da pesquisa e procedimentos aos quais iriam se submeter durante todo o minicurso, bem como foi solicitada a anuência formal através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), destinado aos estudantes menores de idade, onde constam os riscos e benefícios da pesquisa. A pesquisa só teve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE, sob nº 4.453.431, de 1º de dezembro de 2020.

Caracterização da pesquisa

A metodologia dessa pesquisa teve como base epistemológica os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (SAVIANI, 2008).

Com este percurso metodológico, pretendeu-se captar as manifestações do fenômeno estudado, levando-se em conta o embate de forças existentes nos grupos sociais, neste caso, nos conselhos de classe, quando os segmentos buscam debater e mensurar opiniões em busca de decisões mais adequadas aos problemas discutidos neste espaço.

A partir da definição do objetivo e da questão de investigação, optou-se por uma abordagem qualitativa de investigação, uma vez que se apresenta como a mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa, pois se preocupa com a compreensão e a interpretação do tema.

Partindo deste princípio, e com uma proposta de intervenção pedagógica, foi elaborado e executado um minicurso intitulado “Participação estudantil no Conselho de Classe: quem ganha com isso?” com os estudantes, objetivando contribuir para o fortalecimento da sua participação no conselho de classe, por meio de discussões sobre conceitos básicos relacionados à gestão democrática e participação e elaboração de roteiro para a participação estudantil no conselho de classe antes, durante e depois das reuniões, de acordo com o regulamento.

O minicurso teve uma carga horária de 20h, destas, 4 encontros síncronos de 3h cada, 1 vez por semana, durante 4 semanas seguidas e 8h de forma assíncrona. As observações, o desenvolvimento das atividades do minicurso, assim como a coleta dos dados se deram de forma

remota, por meio da ferramenta *Google Meet*, e os momentos dos encontros foram divididos conforme o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Descrição dos momentos/planejamento do minicurso

Momento	Objetivo	Descrição das atividades
1º) Momento inicial	Apresentar a estrutura do minicurso e promover interação com os participantes.	Boas-vindas e dinâmica de apresentação do grupo; apresentação do minicurso; divulgação do cronograma; divulgação e apresentação do material de trabalho no curso; apresentação dos vídeos orientadores disponibilizados; encerramento.
2º) Aprofundando os conceitos de gestão democrática e participação na EPT	Aprofundar os conceitos de gestão democrática e participação na EPT.	Retomada do encontro anterior; levantamento dos conhecimentos prévios sobre os conceitos de gestão democrática e participação, de forma espontânea e dialógica; promoção de uma roda de conversa com um convidado abordando os conceitos de gestão democrática e participação estudantil na EPT; produção de vídeo pelo estudante falando da importância da participação estudantil no conselho de classe; reforçar a necessidade da leitura do regulamento do conselho de classe do IFCE, disponibilizado no primeiro encontro.
3º) Conhecendo o regulamento do conselho de classe do IFCE	Conhecer o regulamento do conselho de classe do IFCE, identificando os tópicos que promovem e fortalecem a participação estudantil e suas limitações.	Retomada do encontro anterior. Promoção de um momento de questionamento: por que foi criado o regulamento do conselho de classe? Qual a sua importância? Como ele colabora para a garantia da participação dos alunos? Realizar atividade interativa com os estudantes. Em seguida, encerrar o encontro.
4º) Elaborando roteiro e instrumental para participação no conselho de classe	Elaborar roteiro e instrumental de registro de demandas para organização da participação estudantil no conselho de classe.	Retomada do encontro anterior; exposição da nuvem de palavras construída a partir dos vídeos/áudios produzidos por eles no 2º encontro; apresentação e exposição de uma proposta de roteiro orientador para a participação estudantil no conselho de classe; criação de uma debate de como devem ocorrer momentos de conselho: pré-conselho, conselho e pós-conselho; realização da avaliação do minicurso; encerramento do evento; e agradecimento aos estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Para o aprofundamento e a continuação dos temas debatidos nos encontros síncronos, foram elaborados momentos assíncronos divididos entre atividades como: leitura prévia dos textos base e dos documentos para os encontros; gravação individual de um vídeo/áudio de curta duração; pesquisa de materiais para discussões posteriores; assistir vídeos indicados relacionados com a temática; preenchimento de questionário de avaliação do minicurso.

Avaliação do produto

O minicurso foi avaliado por meio de um instrumental avaliativo no último dia do minicurso, elaborado com adaptações à partir da proposta de avaliação coletiva de produtos educacionais no contexto dos mestrados profissionais na Área de Ensino no Brasil, proposto por Leite (2018), aos quais os estudantes responderam em uma escala de: Atende, Atende Parcialmente e Não Atende; e os quais são descritos no Quadro 02 abaixo:

Quadro 2 – Itens avaliativos do produto educacional, presente no questionário final

Eixos avaliativos	Descritores
Estética e organização do material educativo	O curso apresentou uma linguagem atrativa e de fácil compreensão?
Estilo de escrita apresentado no material educativo	O curso apresentou estrutura das ideias facilitando o entendimento do assunto tratado?
Conteúdo apresentado no material educativo	O material disponível promoveu uma leitura dinâmica com informações técnicas?
Propostas didáticas apresentadas no material educativo	A abordagem realizada no desenvolvimento do curso estimula a aprendizagem?
	As perguntas feitas são possíveis de serem respondidas?
	As perguntas feitas ao longo do curso trazem reflexões?
	As atividades realizadas são atrativas e estimulam a curiosidade e aprendizagem?
Criticidade apresentada no material educativo	Participar do curso propôs reflexão sobre a sua realidade, levando-o a questionar o modelo atual do conselho de classe que você participou?

Fonte: Elaborado pelos autores (2022), adaptado de Leite (2018).

Análises e discussões

Abrir os canais para a participação estudantil, possibilitando-os a terem voz na tomada de decisões, constitui-se prerrogativa para a implementação de uma gestão que se diz verdadeiramente democrática que objetive não apenas a formação de técnicos, mas, sim, sujeitos capazes de interpretar a realidade e intervir no mundo de forma consciente, com vistas à travessia para uma nova realidade por meio de uma educação profissional e tecnológica de qualidade. Mesmo porque, ainda que se garanta legalmente a representação estudantil nos espaços de gestão, é fundamental educá-los para a participação ativa e crítica. Se os alunos estão tendo a oportunidade de participar desses espaços, é necessário orientação e incentivo por meio da oferta de processos formativos. Dessa forma, surge a necessidade da formação, como sugerido na metodologia. O minicurso foi realizado durante o mês de fevereiro de 2021, com a participação de 12 alunos do 6º semestre do curso de Petroquímica.

O primeiro encontro iniciou-se com as boas-vindas aos participantes e um vídeo motivacional de otimismo para o momento de pandemia. Em seguida, realizou-se uma dinâmica de apresentação dos participantes, onde cada um falou seu nome e o que esperava do curso. A seguir, algumas dessas falas:

Espero aprender um pouco mais além do que a gente já vê na grade curricular para ampliar nosso conhecimento e conhecer um pouco mais sobre o tema.

Que a gente possa entender e [...] debater também aqui numa forma bem amigável e descontraída para que a gente consiga assimilar melhor.

Após este momento interativo de socialização de expectativas, passou-se à apresentação da programação do encontro para que os alunos conhecessem o que seria trabalhado com eles e pudessem sugerir alterações.

Quadro 3 – Programação do 1º encontro

- Vídeo motivacional.
- Dinâmica de apresentação do grupo de participantes onde cada um espontaneamente dirá seu nome e suas expectativas em relação ao minicurso.
- Apresentação do minicurso em slides, esclarecendo seus objetivos, estratégias e discussão do cronograma de atividades e espaço para tirarem dúvidas.
- Disponibilização de arquivo com material que será utilizado no decorrer do minicurso.

Fonte: Os autores (2022).

Finalizado esse momento, foi realizada a contextualização da oferta do minicurso, explicitando aos alunos o porquê da atividade e a justificativa pela escolha da turma. Logo após, passou-se à apresentação do minicurso em slides, de forma dialogada, esclarecendo seus objetivos, estratégias e discussão do cronograma e do horário dos encontros e abriu-se espaço para que os alunos fizessem suas considerações. Posteriormente, foi repassado aos alunos, no chat e pelo aplicativo WhatsApp, o *link* para acessar a pasta no Google Drive com todo o material que iria ser utilizado durante o minicurso, para que, diante das possibilidades de cada um, pudessem conhecê-los antes dos encontros. Realizou-se a apresentação do material e destacaram-se os vídeos disponibilizados para assistirem. Em seguida, procedeu-se ao encerramento do encontro.

O segundo encontro foi iniciado com a reprodução do vídeo do professor Bernardino Galdino de Sena Neto sobre a temática do dia, e depois prosseguiu-se para a apresentação da programação do encontro, conforme o Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Programação do 2º encontro

- Levantamento dos conhecimentos prévios acerca dos conceitos de conselho de classe, gestão democrática e participação.
- Vídeo do professor Bernardino Galdino de Sena Neto sobre gestão democrática e participação estudantil na EPT.
- Espaço para questionamentos e contribuições.
- Solicitar que cada aluno, em casa, produza um pequeno vídeo, de até 1 minuto, falando da importância da participação estudantil no conselho de classe.

Fonte: Os autores (2022).

A partir deste momento, procedeu-se ao levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos acerca dos conceitos de conselho de classe, gestão democrática e participação, de forma espontânea e dialógica. Esse momento é conceituado por Saviani como Prática Social Inicial. Alguns alunos colocaram suas percepções acerca dos conceitos, como apresentado abaixo:

Acredito que seja uma gestão em que há interatividade com todo um meio, onde os alunos podem participar e interagir nas decisões.
Que veja sempre todas as partes e as decisões sejam tomadas de acordo com a opinião de todas as partes.

Gestão que pais, estudantes, funcionários e professores também participam. (fala dos alunos)

É clara a compreensão que eles têm da relação inseparável entre gestão democrática e participação. Não se pode pensar em gestão democrática sem associá-la à participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários – em todos os aspectos da organização da escola, incidindo diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar, sejam elas planejamento, implementação e avaliação.

Em seguida, continuou a apresentação do vídeo produzido pelo professor Bernardino sobre gestão democrática e participação estudantil na EPT. Durante a apresentação, foram realizadas algumas paradas para a discussão do que estava sendo abordado, tentando se aproximar da ideia de roda de conversa. Ao final, abriu-se espaço para que os alunos fizessem suas considerações e questionamentos adicionais.

Para encerrar o encontro, foi solicitado aos alunos a gravação de um vídeo de até 1 minuto falando da importância da participação estudantil no conselho de classe. Alguns alunos sugeriram que no lugar do vídeo pudesse ser um áudio, para que ficassem mais à vontade, além de não identificá-los, e ficou a critério deles optar por uma das duas formas. Para o encontro posterior, foi sugerido que os alunos fizessem a leitura do Regulamento do conselho de classe, constante no material disponibilizado no primeiro encontro.

No terceiro encontro, ocorreu inicialmente a retomada da temática do encontro anterior com os alunos e a apresentação da programação do encontro.

Quadro 5 – Programação do 3º encontro

- Retomada do encontro anterior.
- Problematização a partir do gráfico e das questões: por que foi criado o regulamento? Qual a sua importância? Como ele colabora para a garantia da participação dos alunos?
- Discussão dialogada sobre o regulamento do conselho de classe do IFCE.
- Por meio da plataforma kahoot, será realizado um momento interativo para que os alunos exponham sua compreensão sobre o regulamento do conselho de classe do IFCE.

Fonte: Os autores (2022).

A partir daí, iniciou-se a problematização, apresentando uma informação muito importante obtida do questionário respondido por todos, onde mostra a quantidade de alunos

que conheciam o regulamento (5%) ou não conheciam (95%), resultante do questionário a qual uma das perguntas era se conheciam o regulamento do conselho de classe.

De acordo com o gráfico, nenhum aluno conhecia o regulamento do conselho e até o que já ouviu falar também não conhecia. A partir desse momento, foi iniciada uma conversa com alguns questionamentos: por que acham que não conhecem o regulamento? Será que ele é importante? Por que ele foi criado? Qual a sua importância? Será que ele ajuda a garantir a participação dos alunos?

Alguns deles colocaram suas percepções: “Como a gente não conhece não tem muito o que falar”; “Deve ser importante, mas precisa conhecer pra saber”; e “A gente não conhece porque nunca falaram pra gente”. Essas falas demonstram a necessidade e a disponibilidade que os alunos têm de conhecerem o regulamento do conselho, uma vez que é nesse documento que constam todas as orientações relativas à estrutura e ao funcionamento dele. A partir dessa problematização inicial, procedeu-se com o momento concebido por Saviani (1999), de instrumentalização e catarse, realizando-se a discussão dialogada do regulamento, destacando-se os seguintes pontos: definição; objetivos; quem participa; e como deve ser a participação estudantil.

Os alunos reconhecem que o Regulamento de Conselho de Classe (RCC) é um importante instrumento, pois permite levar suas demandas até o conselho, contudo, não percebem muito “esforço” para que sejam resolvidas. Durante a discussão, chamou a atenção as colocações dos alunos em relação ao desconhecimento de quem seja o professor responsável pela turma: “Já faz dois semestres que a gente não sabe quem é o professor responsável e não teve esse contato dele [...]”.

Após a conclusão da discussão foi sugerido aos alunos que tentassem se aprofundar mais no RCC, considerando que no encontro foram discutidas apenas as partes que envolvem mais a participação dos alunos, mas o documento como um todo traz muitas informações importantes. Em seguida, foi feita a orientação de como acessar o kahoot e repassado aos alunos o *link* de acesso para que, por meio do jogo, pudessem expor sua compreensão sobre o regulamento do conselho, constando de questões relacionadas ao documento, obtendo-se o seguinte resultado.

Figura 1 – Resultado do quiz relacionado ao regulamento do conselho



Fonte: Os autores (2022).

Diante do resultado, pode-se perceber um bom nível de absorção dos itens do regulamento que foram tratados, o que comprova o alcance dos objetivos, bem como a necessidade de se estar promovendo espaços para que os alunos apreendam conhecimentos que não são abordados normalmente nas aulas. Assim, concluiu-se mais um encontro previsto para o minicurso.

O quarto e último encontro foi iniciado com a retomada da discussão do encontro anterior e a apresentação da programação (Quadro 6).

Quadro 6 – Programação do 4º encontro

- Retomada do encontro anterior.
- Apresentação da nuvem de palavras construída a partir dos questionários.
- Apresentação e discussão de proposta de roteiro e instrumental para a participação estudantil no conselho de classe, de acordo com o regulamento do conselho.
- Orientações para o preenchimento do questionário de avaliação do minicurso no Google Forms.

Fonte: Os autores (2022).

Logo após esse momento, foi apresentada e discutida a nuvem de palavras construída a partir da questão do questionário que indagou qual a importância da participação estudantil no conselho de classe.

só são avisados das reuniões nas vésperas delas: “O problema é esse. Quando a gente é avisado que vai ter a reunião do conselho é em cima da hora, por isso que a gente não tem nenhum momento antes”. Após discussão e sugestões de alteração, resultou na seguinte proposta de pré-conselho, conforme quadro comparativo abaixo.

Quadro 7 – Discussão do roteiro pré-conselho

MOMENTO PRÉ-CONSELHO	
COMO É	TEXTO COM AJUSTE APÓS AVALIAÇÃO
- Nos momentos de intervalo. - Durante a aula em alguns momentos livres na sala. - No grupo do WhatsApp. - Passando uma folha em branco para colocarem as demandas.	- Tenham garantido um momento específico, no horário da aula, para discutir as demandas com o apoio do professor responsável pela turma e /ou da Coordenação Técnico Pedagógica. - Reunião pelo Google Meet. - Utilização de instrumental específico para registro das demandas. - Utilização do WhatsApp.

Fonte: Os autores (2022).

Na discussão sobre o momento pós-conselho, eles sugeriram que permanecesse como é atualmente em relação a não ter a presença de outras pessoas que não os alunos, porque eles acreditam que se sentem mais à vontade para repassar o que foi atendido e discutir o que não foi, como demonstrado nas falas a seguir: “Acho que é um momento só nosso, a gente vai meio reclamar o que não foi aceito”; “Deve ser um momento só nosso pra ver o que a gente pode fazer pra poder conseguir depois aquilo que não foi resolvido”.

Essas falas se estenderam ao restante dos participantes presentes no momento da discussão. Dessa forma, considerando-se a fala dos alunos, o roteiro do momento pós-conselho ficou assim delineado, conforme quadro abaixo.

Quadro 8 – Discussão do roteiro pós-conselho

MOMENTO PÓS-CONSELHO	
COMO É	TEXTO COM AJUSTE APÓS AVALIAÇÃO
- Nos momentos de intervalo. - Durante a aula em alguns momentos livres na sala. - No grupo do WhatsApp.	- Momento específico no horário da aula para repassar e discutir os pontos levantados e os encaminhamentos do conselho. - As necessidades não resolvidas poderão ser novamente discutidas no conselho seguinte.

Fonte: Os autores (2022).

Após a discussão de como deveriam ocorrer os momentos do conselho caracterizados com pré-conselho, conselho e pós-conselho, resultou-se a seguinte proposta de roteiro norteador.

Figura 4 - Roteiro norteador da participação estudantil no CC elaborado no minicurso



O CONSELHO DE CLASSE NA PRÁTICA

A presente sugestão de roteiro norteador da atuação estudantil no conselho de classe aborda seus três momentos principais: Pré Conselho, Conselho de Classe e Pós Conselho.

O QUE FAZER ANTES DO CONSELHO DE CLASSE? Momento pré- conselho

Antes da primeira reunião que ocorrerá nos primeiros trinta dias letivos do semestre, conforme Regulamento do Conselho de Classe, os alunos com o apoio do professor responsável pela turma e /ou da Coordenação Técnico Pedagógica do campus deverão agendar um momento para discutirem as demandas estudantis que serão levadas para serem tratadas nas reunião do conselho de classe. De forma sistemática, essa reunião pré conselho deve ocorrer presencialmente, no horário da aula e na sua impossibilidade, poderá ocorrer remotamente pelo Google Meet ou outra plataforma de videoconferência, para que se faça o diagnóstico das demandas da turma, bem como sugestões de alternativas, conforme instrumental proposto. Na segunda reunião poderá ser adotada a mesma estratégia para se reunirem, acrescentando o registro do acompanhamento das ações sugeridas e adotadas na primeira reunião.

O QUE FAZER DURANTE O CONSELHO DE CLASSE?

Durante a reunião do conselho de classe com todos os seus membros, o representante de alunos apresentará a ficha com as demandas e sugestões elencadas pela turma para que sejam discutidas e encaminhadas soluções, bem como procederá o seu registro para repassar à turma no momento seguinte

O QUE FAZER APÓS O CONSELHO DE CLASSE? Momento pós- conselho

Logo após as reuniões, o aluno representante de turma, deverá repassar para o restante da turma sobre os pontos levantados por eles e os encaminhamentos propostos no conselho. As necessidades não resolvidas poderão ser novamente discutidas no conselho seguinte. Esse momento poderá seguir a mesma dinâmica do primeiro em relação a sua organização.

Fonte: Os autores (2022).

Ao final, solicitou aos estudantes responderem o questionário avaliativo do minicurso e agradeceu a disponibilidade e participação de todos os envolvidos. Uma vez descrita a execução do produto, passa-se agora a discorrer algumas considerações importantes nesse processo, a partir das observações dos pesquisadores.

A primeira delas se refere à participação dos alunos, considerada bastante significativa em relação ao número. Quanto à participação efetiva nas discussões, posicionando-se e emitindo sua opinião, ainda deixou um pouco a desejar, uma vez que a temática central do minicurso era a participação. Do total de 19 alunos envolvidos na pesquisa, que participaram inicialmente, 12 participaram do minicurso. Alguns participaram ativamente e foram bastante propositivos, demonstrando seu interesse pela temática abordada. Contudo alguns, em bem menor número, permaneceram calados durante toda a atividade ou raramente opinaram, mesmo incitando-os frequentemente ao debate, o que é totalmente passível de acontecer, uma vez que o amadurecimento da participação não se dá da noite pro dia, até porque em nenhum momento teve-se a pretensão de esgotar a discussão da temática em apenas uma atividade. Isso demonstra a necessidade de se ofertar mais momentos formativos aos alunos, tão necessários para o seu desenvolvimento.

Outro aspecto a se destacar foi a flexibilidade apresentada pelo produto educacional. Durante a sua aplicação, houve vários momentos em que se precisou flexibilizar entre eles o cronograma de execução, a presença do convidado externo para tratar da temática proposta e que não causou prejuízos para o alcance dos objetivos. Por fim, destacou-se o uso das plataformas digitais para a realização da atividade, que a princípio gerou muitos receios, tanto em relação ao acesso quanto à interação nas discussões. Em alguns momentos, houve problemas com a internet, mas não causou comprometimento das atividades, pois foram momentos pontuais, além de que todos os alunos afirmaram que tinham acesso à internet.

Em relação às interações, é possível afirmar que de forma presencial teriam sido bem mais significativas, afinal, o estar diretamente em contato com os sujeitos é extremamente importante. Contudo, no decorrer do curso, pode-se observar que a sua oferta de forma presencial talvez não tivesse conseguido tanta adesão, diante da intensa carga horária vivenciada pelos estudantes do Ensino Médio Integrado. Daí a importância da parceria e sensibilização dos docentes na realização da atividade, levando-se a concluir que a proposta inicial de ocorrer no contraturno não teria sido muito viável. Desse modo, evidencia-se a necessidade de que esse tipo de atividade esteja prevista dentro da carga horária dos alunos, para que lhe seja possibilitada a aproximação das premissas conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, que vislumbram a educação emancipadora e omnilateral, ampliando a visão crítica de mundo na

formação do estudante, voltada para o exercício da cidadania e não apenas para a apreensão de conteúdos compartimentalizados nas disciplinas previamente estabelecidas.

Avaliação do minicurso pelos alunos

Ao final do minicurso, os alunos responderam ao instrumental avaliativo disponibilizado. Para melhor discutir os resultados, serão apresentados os dados e comentados em cada questão.

A estética e organização do material educativo foi o primeiro eixo avaliado pelos alunos. Conforme Leite (2019), ele diz respeito à organização geral das seções e/ou capítulos. Como o minicurso não teve uma apresentação física para os alunos, eles avaliaram de acordo com o desenvolvimento dele, priorizando sua organização.

O total de 87,5% dos alunos considerou que a linguagem abordada no minicurso para repassar as informações foi atrativa e de fácil compreensão, o que, sem dúvidas, facilitou a melhor interação entre ambas as partes, ao ponto que 12,5% considerou esse critério atendido de forma parcialmente. Procurou-se, durante o curso, aproximar-se ao máximo da linguagem própria dessa faixa etária, deixando o diálogo mais descontraído e menos formal, favorecendo, assim, a participação dos alunos. No entanto, uma pequena parcela considerou que essa questão foi atendida parcialmente, o que pode ter ocorrido por conta dos conteúdos específicos, que foram tratados no minicurso e que possivelmente não são tratados no cotidiano dos alunos.

O segundo eixo analisado se referiu ao estilo de escrita apresentado no material educativo, relacionando-se com o tipo de escrita escolhida para dialogar com o leitor e dizia respeito ao modo como o conteúdo seria apresentado. Por se tratar de um minicurso, a avaliação deste eixo pautou-se na estruturação das ideias no seu desenvolvimento, na qual foi obtida uma concordância de 100% dos alunos que o produto apresentou uma estrutura de ideias coerente e interligada, seguindo-se um fluxo de conhecimento que facilitou sua apreensão. Sem dúvidas uma avaliação extremamente positiva, que promoveu uma imensa satisfação, afinal demonstrou que a forma como as ideias foram apresentadas e organizadas contribuíram para que os alunos conseguissem entender o assunto tratado no minicurso e construíssem ativamente seu conhecimento.

O terceiro eixo teve como foco o conteúdo constante no material educativo, levando-se em conta a qualidade das informações tratadas nos materiais. Esse eixo “diz respeito ao modo como o conteúdo é apresentado ao leitor, referindo-se também à forma como o assunto foi abordado” (LEITE, p. 195).

A respeito desse tópico, 71,4% dos alunos concordaram com o conteúdo abordado e apresentaram uma grande satisfação com o material que foi disponibilizado a eles na realização do minicurso, facilitando o entendimento dos conteúdos abordados, ao ponto que 28,6% responderam que o critério foi atendido parcialmente. Os pesquisadores se preocuparam em oferecer uma variedade de materiais, como textos, vídeos, apresentações em slides, jogos, na tentativa de tornar os materiais mais atrativos, bem como algumas plataformas digitais, como Prezzi, Powtoon e Kahoot, com as quais os alunos do EMI ao ensino profissional já tem uma certa familiaridade. Note-se que para quase 30% dos alunos esse eixo foi atendido apenas de forma parcial, pois eles tiveram dificuldade em compreender informações técnicas trabalhadas, o que pode sugerir alterações nesse eixo.

O quarto eixo analisou as propostas didáticas apresentadas no decorrer do minicurso, destacando a metodologia e as atividades realizadas. De acordo com Leite (2019), ele diz respeito à avaliação das atividades propostas no material educativo.

Quando indagados a respeito da abordagem adotada no minicurso, 100% dos alunos avaliaram que ela estimulou a aprendizagem. Os encontros foram desenvolvidos com base nos momentos pedagógicos da Pedagogia Histórico Crítica de Saviani (2009), contribuindo, assim, com uma formação colaborativa e dinâmica. Percebe-se, na avaliação dos estudantes, que a forma com que foram trabalhados os conteúdos possibilitou uma melhor compreensão dos assuntos estudados.

Mais uma vez obteve-se uma avaliação positiva, totalizando 75% de satisfação, quando questionados se as perguntas fêrias ao longo do minicurso eram possíveis de serem respondidas. Mesmo que o minicurso tenha se desenvolvido de forma virtual, priorizou-se, em todos os momentos, uma abordagem dialógica, incentivando sempre os alunos a interagirem nas discussões por meio de questionamentos. Tais questionamentos procuraram, além de destacar os conceitos estudados, proporcionar reflexões sobre eles. No entanto, 25% dos alunos consideraram que esse descritor foi atendido apenas de forma parcial, talvez porque não se

sentiram totalmente à vontade para participarem das discussões, permanecendo boa parte da atividade sem expor sua opinião.

A respeito da capacidade das perguntas feitas durante o minicurso provocarem reflexões, 75% concordaram que sim. Para eles, os questionamentos propostos no curso promoveram uma reflexão sobre a sua atuação no conselho de classe, tanto como representante quanto como representado. Mais uma vez 25% dos alunos demonstraram que esse descritor foi atendido apenas parcialmente, o que pode justificar também o mesmo índice no descritor anterior, pois essa dificuldade de refletir sobre os questionamentos propostos conseqüentemente acaba dificultando o diálogo e, conseqüentemente, inibindo a participação.

Na prática educativa, tão importante quanto a forma como os conteúdos são abordados são as atividades propostas. As atividades propostas quando da realização do minicurso, buscaram ser das mais variadas formas possíveis, constando de gravação de vídeos/áudios, assistir vídeos, leitura de textos e participação em jogos de competição. De acordo com os dados apresentados no gráfico, depreende-se que as atividades realizadas foram aprovadas por 62% dos alunos. Em contraponto, 37,5% dos estudantes julgaram que o critério foi atendido parcialmente.

Mesmo sendo a questão com o menor percentual relacionado ao quesito “atende”, ela é bastante aceitável, representando ainda uma ótima avaliação, até porque o restante dos alunos considerou a questão como “atendido parcialmente”. Apesar disso, esse percentual alcançado é muito importante para que se promovam algumas adequações nas atividades, caso se considere realmente necessário.

No último eixo, buscou-se analisar a criticidade do material educativo, considerando se a formação realizada provocou a reflexão da sua prática. Ele refere-se ao potencial crítico do material e relaciona-se com a capacidade que ele tem de promover uma mudança de pensamento e de atitude frente ao tema abordado (LEITE, 2019).

Quando questionados se participar do curso, propôs reflexão sobre a sua realidade, levando-os a questionar o modelo atual do conselho de classe, 100% dos estudantes responderam que, sim, foi atendido, além de fornecer subsídios na promoção de novas possibilidades de atuação no conselho de classe.

Uma vez realizada a avaliação dos eixos presentes no formulário, foi aberto espaço aos alunos para discorrerem comentários adicionais. Os relatos a seguir reafirmam a avaliação positiva dos alunos apresentada anteriormente.

“Esse minicurso ajudou muito a entender como realmente funciona o conselho de classe e como devemos usá-los de maneira apropriada para o benefício de todos. Foi de grande importância participar desse minicurso, por meio dele foi possível o entendimento e aprendizagem acerca do conselho de classe que até então eu não tinha conhecimento”.

Os resultados da avaliação permitem confirmar que além da necessidade de estimular os estudantes a contribuírem com a gestão escolar no dia a dia acadêmico, devem promover meios que possibilitem o comportamento democrático por meio da oferta de uma formação voltada para formar alunos críticos, criativos e autônomos, considerados atores centrais do processo de democratização escolar.

E isso não ocorre de forma espontânea, mas deve ser oportunizada e incentivada numa gestão que tem como característica principal a democracia. Diante desse entendimento, pode-se perceber a necessidade de que “a educação se preocupe de como dotá-los das capacidades culturais exigidas para exercer essas atribuições, justificando-se, portanto, a necessidade da escola pública cuidar, de modo planejado e não apenas difuso, de uma autêntica formação do democrata” (PARO, 2007, p. 25).

Neto (2018), em sua pesquisa, identificou que existe pouca ou nenhuma formação para a atuação nos conselhos de classe, “estando essa formação mais concentrada na própria vivência das reuniões do conselho quando se ouvem, discutem-se e se decidem questões de ensino e aprendizagem, típicas daqueles espaços colegiados”. E concluiu que a atuação no conselho de classe requer uma melhor preparação dos participantes, principalmente pais e alunos, para, assim, promover efetivamente a gestão democrática escolar.

Cabe, portanto, à escola ressignificar a formação desses sujeitos para além da educação formal, vivenciando uma aprendizagem cidadã que se constrói a partir da vivência em espaços de participação como o conselho de classe. É fundamental que o conhecimento sobre esse mecanismo instituído formalmente chegue até os estudantes de forma clara e objetiva, facilitando o seu entendimento e suas possibilidades de atuação.

Nesse contexto, diante da avaliação positiva do minicurso “Participação estudantil no conselho de classe: quem ganha com isso?”, pode-se inferir a sua potencialidade para orientação

e fortalecimento da participação dos alunos no conselho de classe, alcançando seu objetivo. Espera-se que esse produto possa ser implementado pela gestão do campus, de modo que seja um subsídio para a organização da participação estudantil no conselho de classe, sendo adaptado conforme as necessidades de cada público.

Considerações finais

À guisa de finalização desse artigo, é retornado o seu objetivo principal, que foi de elaborar e avaliar uma proposta de minicurso a respeito do conselho de classe, contribuindo para o fortalecimento da participação estudantil do Ensino Médio Integrado no conselho de classe na educação profissional e tecnológica.

O Ensino Médio compreendido como etapa final da Educação Básica é essencial à formação de sujeitos, tanto na perspectiva de críticos como na de protagonistas e emancipados. No entanto, a sua trajetória foi marcada pela dualidade histórica de se ofertar um ensino de caráter intelectual e acadêmico para os filhos da elite, e outro tipicamente manual aos trabalhadores. Romper com essa dicotomia entre Educação Básica e Educação Técnica tem se apresentado um grande desafio para a educação profissional e tecnológica.

Uma das alternativas possíveis surgiu com a criação dos Institutos Federais de Educação Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da oferta do Ensino Médio Integrado à educação profissional e tecnológica, promovendo uma escola capaz de atender a todas as dimensões da formação humana e viabilizar o direito do jovem à autonomia e ao protagonismo no momento de decidir sobre as escolhas e caminhos que ele almeja seguir, conduzindo-o, assim, a uma formação integral que lhes permita compreender criticamente o mundo onde estão inseridos, exercendo sua cidadania de forma reflexiva.

No entanto, para o exercício da participação, os sujeitos dependem de condições concretas conquistadas por eles ou minimamente construídas pela escola que se diz democrática, não apenas no discurso, mas nas ações cotidianas. É importante que esses espaços de participação conquistados sejam fortalecidos e que se avance cada vez mais no seu aprimoramento, até porque a lei, por si só, não muda a realidade, e para que o previsto na legislação se efetive na prática, faz-se necessário que haja o reconhecimento de que a educação,

por ser uma tarefa complexa, exige o empenho conjunto de todos os seus envolvidos. Assim sendo, devem ser criadas estratégias e condições para sua efetivação no contexto escolar.

Dessa forma, diante da avaliação positiva do minicurso feita pelos alunos, pode-se inferir a sua potencialidade para orientação e fortalecimento da participação dos alunos no conselho de classe. Espera-se, portanto, que esse produto possa ser implementado pela gestão pedagógica do campus, de modo que seja um subsídio para a organização da participação estudantil no conselho de classe, sendo adaptado conforme as necessidades de cada público.

Diante de tais constatações, entende-se ser importante pontuar as seguintes sugestões de contribuições para a minimização das dificuldades na vivência estudantil no conselho de classe e fortalecimento: a) Promoção de formação não só para os alunos, como também para todos os membros do conselho que tratem de assuntos relacionados ao conselho de classe, incluindo principalmente o estudo do documento do RCC; b) Promoção de espaços formativos para os alunos que lhes possibilitem o acesso a conhecimentos que promovam e incentivem sua participação e protagonismo; c) Proposição de alterações no documento do RCC relacionadas à escolha do representante de turma, organização estudantil para discussão das demandas, previsão de mandato para os representantes, participação de todos os alunos no momento da reunião, garantia de tempo específico para atuação no pré-conselho e outras consideradas importantes, decididas coletivamente em reunião do conselho e encaminhadas aos órgãos responsáveis.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1º abr. 2022.

BRASIL. Lei n.º 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 1º abr. 2022.

CRUZ, C. H. C. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar**. 1 Ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

LEITE, L. I. **Conselho de classe: a historicidade de uma prática entre os fazeres ordinários da escola**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/27301>. Acesso em: 1º abr. 2022.

LEITE, P. S. C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Atas CIAQ 2019. **Investigação Qualitativa em educação**, n.1, v.1, pp. 330-339, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013.

MARTINS, A. M.; ROSA, S. S.; SOUSA, S. K. Estrutura e funcionamento de conselhos de classe: percepções de diretores de escolas municipais. **Revista @ambiente educação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 13, n. 3, pp. 120-137, set/dez 2020. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/910>. Acesso em: 1º abr. 2022.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, pp. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 1º abr. 2022.

NETO, B. G. S. **Educação Profissional e Conselho de Classe: a experiência no curso de Informática do IFRN/Caicó**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - IFRN, Natal, 2018. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional, Natal, 2018. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1527>. Acesso em: 1º abr. 2022.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. 1 ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

RAMOS, M. N. Concepção do ensino médio integrado à educação profissional. In: **O Ensino Médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba, SEED/PR: 2008.

SAVIANI, D. Educação socialista, Pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.) **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**. 2009. pp. 33,136, 138 e 140. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 1º abr. 2022.

Autores:
Meiriane Rebouças da Silva Rosário

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Grande do Norte (IFRN). Atualmente é pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Aracati.

E-mail: meiriane.reboucas@ifce.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6307-5905>

Fábio Alexandre Araújo dos Santos

Licenciado em Educação Artística pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especialista em Educação Profissional Integrada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, atuando no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

E-mail: alexandre.araujo@ifrn.edu.br

ORCID: <https://orcid.org.br/0000-0001-5902-8698>

Luís Gomes de Moura Neto

Graduado em Tecnologia de Alimentos pela Faculdade de Tecnologia CENTEC – FATEC Limoeiro do Norte, mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos e doutor em Biotecnologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), atuando no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

E-mail: luisgomesmn@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2318-4637>

Como citar o artigo:

ROSÁRIO, M. R. S.; SANTOS, F. A. A.; MOURA NETO, L. G. Consejo de clase y gestión democrática en la educación profesional y tecnológica: una propuesta de taller en una perspectiva de formación integral del estudiante. **Revista Paradigma**, Maracay, v. 43, Edição Temática 3, p.602-626, sep., 2022.